

ATA Nº 02/2010 DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA – TRT 4ª REGIÃO

Aos quinze dias do mês de abril de 2010, às quatorze horas, teve início a reunião da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região, na sala 502, 5º andar, do Edifício-Sede do TRT, sob a presidência do Exmo. Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling, com a presença dos demais integrantes da Comissão, Exmos. Desembargadores Hugo Carlos Scheuermann e Cláudio Antônio Cassou Barbosa, e o Exmo. Juiz George Achutti (titular da 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre). Ausente o Exmo. Juiz Roberto Teixeira Siegmann (Diretor do Foro de Porto Alegre), justificadamente. Estavam presentes também os servidores Natacha Moraes de Oliveira (Assessora de Informática da Presidência), Cleonice Santos Condotta (Assessora de Informática da Corregedoria) Eduardo Kenzi Antonini (Diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação), Alberto Daniel Muller (Diretor do Serviço de Planejamento e Projetos da STI), Andre Soares Farias (Diretor do Serviço de Desenvolvimento de Sistemas da STI), Therezinha Schaab (Diretora do Serviço de Atendimento a Usuários da STI), Paulo Mendes Ribeiro Junior (Diretor do Serviço de Infraestrutura Tecnológica da STI). O Presidente da Comissão, Des. Ricardo Luiz Tavares Gehling, deu a palavra ao Diretor da Secretaria da Tecnologia da Informação, que fez relato sobre o Planejamento Estratégico de TI, que está sendo elaborado em consonância com a Resolução 99 do CNJ. O trabalho foi feito inicialmente por um grupo acompanhado de consultoria, nos mesmos moldes do PE do TRT (com utilização do BSC). Após aprovação da Comissão, ele será encaminhado à Administração para apreciação e encaminhamento ao Órgão Especial juntamente com o PE do TRT. A seguir, Alberto Daniel Muller fez explanação sobre como foi elaborada a proposta de PETI TRT (desdobramento do PETI do CNJ e do CSJT, aliado ao PE institucional do TRT). Esclareceu que para cada objetivo definido existem indicadores para aferição do cumprimento dos objetivos, utilizando sempre, na medida do possível, os indicadores já definidos pelo CNJ, CSJT e pelo próprio TRT. Foi aprovada a proposta do Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação de reunião com a Administração e Comissão para apresentação da proposta final do PETI juntamente com o Consultor. A Comissão passou a examinar os projetos propostos pela STI e prioridades estabelecidas a partir de sua vinculação com os objetivos do PETI (impacto e complexidade). Área de desenvolvimento: (1) dos projetos que já estão em andamento: a Comissão entendeu que todos os projetos em andamento devem ser considerados como prioritários (necessidade de finalização): Processo eletrônico, Novo EDA, Reformulação da Intranet, Sistema de Intimação Eletrônica via Web Service com a AGU, Tabela de Movimentos (1º e 2º graus), e-GESTÃO, Numeração Única e ADM Eletrônico – novas funcionalidades. (2) demais projetos propostos – analisados considerando sua adequação e vinculação à atividade jurisdicional e administrativa do TRT, bem como a necessidade de desenvolvimento em 2010 ou 2011 (ainda que dependente de contratação externa para seu desenvolvimento): Pesquisa textual de sentenças (2010), Adequação do sistema de primeiro grau à Consolidação de Provimentos da Corregedoria (2010), Adequação do sistema de precatórios – E62 (2010), Reforma do sistema de Precatórios (2010), Guias de Depósito IN33 (2010), Acesso externo ao Portal da Intranet (2010). Push via SMS (2011); Versão do Portal de internet para dispositivos móveis (2011); Divulgação das pautas de julgamento (2011); Formulários eletrônicos do RH na intranet (2011). (3) Foram excluídos os projetos relativos à assinatura digital de documentos (1º e 2º graus), em face da iminência do processo eletrônico, e o e-JULG (sistema da 9ª Região). (4) Foram acrescidos: Sessão eletrônica da SDC no e-JUS (2010); Pedidos de férias e sistemas de frequência (2010); Cadastro único de peritos (2010); Assinatura eletrônica de atas de sessão – piloto com utilização do assinador genérico

(2010). Área de atendimento ao usuário: (1) manutenção dos projetos em andamento: Implantação de melhores práticas do ITIL; Renovação e expansão do parque de equipamentos (com manutenção do critério de troca ao término da garantia); Plantão de atendimento aos magistrados; Desenvolvimento de Módulos em EAD; Capacitação dos servidores. (2) demais projetos: Informática mais próxima do usuário (aprovado o desenvolvimento de projetos específicos visando a melhoria do atendimento) em 2010; Central de Atendimento ao Usuário (2010); Apoio à Escola Judicial na capacitação de magistrados (2010); Renovação e expansão do parque de terminais de auto-atendimento no interior do Estado (2011). Área de infraestrutura tecnológica: (1) manutenção dos projetos em andamento: Ampliação da rede WAN, Renovação e ampliação de equipamentos de Infraestrutura, Anel de Fibra ótica, Sala Cofre, Datacenter nos Foros do Interior, Gerenciamento de identidades, Aprimoramento da rede WAN, Monitoramento da Infraestrutura, Bilhetagem de impressão, Expansão do Gabinete Virtual (definida a exclusão dos Diretores de SDF). (2) Demais projetos: Monitoramento de métricas de TI (2010); Atualização da plataforma de Banco de Dados central -Porto Alegre(2010); Monitoramento externo do site do TRT (2010); Virtualização da infraestrutura de aplicações WEB (2010); Comunicações Unificadas (2010); Centralização das bases de dados do interior do estado em Porto Alegre (2011); Armazenamento de Dados em Alta Disponibilidade (2011); Energia ininterrupta para computadores estratégicos (2011). (3) Os projetos Transmissão das Sessões de Julgamento (expansão do projeto piloto) e Sustentação Oral a distância (aguardando avaliação do e-SOD pelo CSJT) serão objeto de avaliação após consulta a ser realizada aos Presidentes de Turma acerca do interesse em transmitir. Foram apresentados os dados de acessos solicitados na reunião passada: 25 sessões transmitidas – média de 22 acessos por sessão (sem contar acessos repetidos). (4) Acrescido Projeto e-Calc, cujo desenvolvimento está a cargo da 20ª Região (2010). Área de planejamento e projetos: (1) Manutenção dos projetos em andamento: Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação - PETI; Implantação e Consolidação da Metodologia de gerenciamento de projetos; Capacitação técnica dos servidores da SI; Desenvolvimento de competências de Gestão de Projetos e Implantação de Processo de Avaliação dos Gestores; Melhoria de processos de qualidade de software - modelo MPS.BR; Normas de Segurança da Informação – controle de acesso; Comunicação Interna (BIT); Ferramenta de Gestão de Projetos e Portfólio; Campanha de sensibilização em segurança da informação – 2010/2011. (2) Demais projetos: Gestão de riscos de segurança da informação (2010); Padronização dos procedimentos de contratações de TI (2010); Integração tecnológica com entidades de advogados (2010); Melhoria do processo de gestão de continuidade de negócio (2011); Tratamento de incidentes – Forense Digital (2011). Às 16h30min, o Exmo. Presidente do TRT, Desembargador Carlos Alberto Robinson, esteve em visita na sala de reunião, ausentando-se após reafirmar a importância do trabalho que estava sendo realizado no setor de informática do TRT. Encerrada a apreciação dos projetos propostos para o biênio, tratados assuntos gerais da pauta: Solicitação de interligação do inFOR à Nova Jus4 – indeferido. Utilização do assinador genérico – autorizado piloto para assinatura de Atas de Sessão. Os demais pedidos serão apreciados um a um pela Comissão, mediante requerimento em que especificados os tipos de documentos e finalidade de utilização. Novo EDA – marcada reunião dia 19, às 16h, da Comissão com a STI. Instalação de impressora colorida na Direção do Foro (pedido Juiz Siegmann) – informada a realocação da impressora que estava na sala da informática do prédio das Varas para a Direção do Foro; como a impressora atendia as solicitações de todo o Foro, restou combinado que quando os servidores/juizes do Foro precisarem de impressão colorida se dirigirão à Direção do Foro. Micros para estagiários – não será disponibilizada máquina para os estagiários. A

orientação é de utilização de máquinas em rodízio, diante das dificuldades debatidas. Casos especiais em que impossível o trabalho em rodízio deverão ser justificados e serão avaliados caso a caso. Aumento do quadro de pessoal para a informática – autorizada a confecção de documento, solicitando a criação dos cargos para a área de Informática para atingir o número recomendado pelo CNJ. Notebooks: noticiado que diante da dificuldade de deslocamento dos juízes do interior, estão sendo aproveitados os eventos da Escola Judicial para o agendamento e entrega, em face do que a ordem de agendamento e entrega pelo critério de antigüidade pode restar não observada. Instalação do software power point – pelo levantamento realizado até agora a STI dispõe de 38 licenças não instaladas, que poderiam suprir eventuais necessidades. Quanto às instaladas ainda está sendo feito o levantamento. Restou deliberado que poderá ser deferido na medida das solicitações fundamentadas e da existência de licenças. Não haverá aquisição. A STI deverá encaminhar as solicitações à Comissão de Informática. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.